



<http://dx.doi.org/10.12702/VIII.SimposFloresta.2014.187-310-1>

Estrutura da *Mora paraenses* Duck em distintas faixas de preservação permanente num afluente do Rio Amazonas no estado do Amapá

Carla S. C. de Sousa¹, Anderson S. de Almeida¹, Darlan S. de Souza¹, Raianny N. de Souza¹, Livia M. de Jesus¹, Jadson C. de Abreu¹, Perseu da S. Aparício¹

¹Universidade do Estado do Amapá (carla_samara17@hotmail.com; anderson.almeida.9395@gmail.com; ssdarlan@hotmail.com; raiannynayara@hotmail.com; liviamarques.ueap@gmail.com; jadsoncoelhoabreu@hotmail.com; perseu_aparicio@yahoo.com.br)

Resumo: *O objetivo do estudo foi caracterizar a estrutura da Mora paraenses Duck. (Pracúuba), em distintas faixas de preservação permanente num afluente do Rio Amazonas no Estado do Amapá. O Estudo foi realizado no município de Macapá, entre a APA (Área de Preservação Ambiental) da Fazendinha e a Lagoa dos Índios. Os dados estruturais da espécie foram levantados em 30 parcelas de 10x50m e subdivididos em subparcelas de 10x30m e 10x15m, alocadas de forma inteiramente casualizada ao longo do gradiente (rio). Foram mensuradas todas as árvores com CAP (Circunferência a altura do peito a 1,30 m do solo) $\geq 15,7$ cm, e coletados materiais botânicos para posterior identificação. Foi realizada a análise de distribuição diamétrica e espacial da espécie nas subparcelas ao longo do gradiente. A espécie apresentou maior ocorrência de indivíduos nas parcelas de 10x15m (12 indivíduos), demonstrando a preferência da espécie à margem do gradiente. A distribuição espacial da espécie apresentou agregada para todas as subparcelas (10x50m; 10x30m e 10x15), na qual pode ser uma característica ecológica da espécie. A distribuição diamétrica não apresentou comportamento típico de espécies de floresta nativa em forma de “J” invertido.*

Palavras-chave: Áreas de várzeas; Código florestal; Distribuição espacial.

1. Introdução

As áreas de preservação permanente (APP's) foram criadas pela Lei Federal nº 4.771 de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), com o fim de manter vegetação nativa nas áreas com função hidrológicas, instituindo o limite do direito de uso da mesma. No entanto essa lei vem sofrendo diversas alterações (BRASIL, 2012), no que se refere às larguras de suas margens ao longo dos

cursos d'água, evidenciando a dificuldade dos legisladores em conciliar os interesses dos diversos atores envolvidos no assunto.

No estado do Amapá, as leis estaduais consideram as terras marginais dos cursos d'água áreas de Preservação Permanente, proibindo o seu desmatamento. E uma peculiaridade no estado são as áreas de várzeas, consideradas distintas de APP's conforme a resolução CONAMA nº 004/87 que conceitua leito maior como "a calha alargada ou maior de um rio, ocupada nos períodos anuais de cheia" (art. 2º, letra c) e o art. 2º do Código Florestal é claro em determinar o início da APP do nível mais alto do curso d'água, isto é, essa faixa do terreno inicia-se depois do ponto onde termina a enchente média do curso d'água (BENATTI, 2004).

A situação descrita acima é um problema de aplicabilidade da lei, pois esse ecossistema também pode ser considerado APP, por estar aquém das exigências legais (antes do início da metragem do leito maior), e também por exercer as funções de proteção e serem altamente relevantes em termos ecológicos

Nas várzeas amapaenses, existem diversas espécies madeireiras com grande importância econômica, dentre elas a *Mora paraensis*, típica de ambientes de várzeas. Está se encontra entre as principais espécies madeireiras da várzea, tendo demanda da população de Macapá e Santana, os dois maiores municípios do Estado do Amapá (QUEIROZ et al., 2007).

Neste sentido, o objetivo do estudo foi caracterizar a estrutura da *Mora paraensis* Duck. (Pracúuba), em distintas faixas de preservação permanente num afluente do Rio Amazonas no Estado do Amapá.

2. Material e Métodos

O trabalho foi realizado no município de Macapá, entre a APA (Área de Preservação Permanente) da Fazendinha (0º 2' 37.06" S e 51º 8' 11.08" O) e a Lagoa dos Índios (0º 0' 28.78" S e 51º 6' 24.66" O). O rio possui elevação média de 4 m, em aproximadamente 10,6 Km de extensão, e possui cerca de 17,5m de largura média na área em estudo seguindo o curso do Igarapé da Fortaleza, afluente do rio Amazonas.

Para o levantamento dos dados estruturais da população da espécie arbórea, foi alocado ao longo da área 30 parcelas adotando um Delineamento Experimental Inteiramente Casualizado, com dez repetições. Os tratamentos

foram formados por parcelas de áreas variáveis (Comprimento da faixa marginal de APP x 10m), sendo definidos de acordo com a largura do corpo d'água (Tabela 1).

TABELA 1 – Tratamentos empregados de acordo com a largura do rio

Tratamentos	Largura do corpo d'água
Faixa marginal de 30 m	< 10 m
Faixa marginal de 50 m	10 a 50 m
Faixa marginal de 15 m	< 5 m

Foram plaqueadas e mensuradas todas as árvores com circunferência à altura do peito a 1,30 m do solo (CAP) \geq a 15,7 cm.

Para a análise da distribuição diamétrica foi calculada a amplitude e quantidade das classes conforme Sturges adaptado por Spiegel, (2006).

Para o estudo da distribuição espacial das espécies será utilizado o Índice de Morisita (Im). Optou-se pela utilização do Índice de Morisita para análise da distribuição espacial pelo fato de o tamanho da área amostral não influenciar e categorizar melhor o arranjo dos indivíduos das espécies na área.

3. Resultados e Discussão

Foram encontrados 29 indivíduos da espécie *Mora Paraenses* (Pracuúba) com CAP \geq 15,7 cm distribuídos nas 30 parcelas. A área basal total foi de 3,1551m².ha⁻¹, densidade de 19 ind.ha⁻¹, e volume de 33,004m³. ha⁻¹.

No tratamento de 10x15m foram encontrados 17 indivíduos distribuídos em 6 classes diamétricas com amplitude de 10 cm, na qual a área basal é de 2,6835 m².ha⁻¹ e volume de 28,38 m³.ha⁻¹. Na distribuição diamétrica houve um comportamento irregular, na qual a maior quantidade de indivíduos não está nas classes iniciais, o que demonstra que nessa faixa de 15 m próximo ao rio a espécie está tendo dificuldade de se regenerar, o que pode comprometer a sobrevivência futura da espécie.

No tratamento de 10x30m encontrou-se 8 indivíduos distribuídos em 5 classes diamétricas. A área basal e o volume foi de 0,3963 m².ha⁻¹ e 4,2127 m³.ha⁻¹ respectivamente. Na sua distribuição por classes diamétricas a maior quantidade de indivíduos está na primeira classe. Nessa faixa de 30 m distante do rio encontraram-se menos indivíduos, entretanto com maior potencial regenerativo.

No tratamento de 10x50m encontrou-se apenas 4 indivíduos distribuídos nas 10 parcelas, na qual obteve-se 4 classes diamétricas com 1 indivíduo em cada. A área basal e volume encontrado foi de 0,0751 m².ha⁻¹ e 0,4118m³.ha⁻¹ respectivamente, o que demonstra que a medida que se distância do rio o número de indivíduos da espécie diminui, na qual percebe-se com esses resultados que a espécie tem preferência por locais mais próximos ao rio ou pode estar relacionado ao tipo de dispersão.

4. Conclusão

A Distribuição Diamétrica da espécie apresentou distribuição irregular em todas as faixas de tratamento no estudo o que pode ser reflexo do grau de perturbação que a espécie pode estar sofrendo no local.

O número de indivíduos e área basal encontrado nas diferentes faixas variou conforme a proximidade do rio, conclui-se que as mudanças do novo código florestal podem exercer forte pressão na estrutura de espécies de áreas de preservação permanente.

5. Referências

- BENATTI, J. H. **Síntese – aspectos jurídicos e fundiários da utilização social, econômica e ambiental da várzea**: análise para elaboração de modelos de gestão. Manaus-AM: Provárzea; Ibama. 2004. 104p.
- BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, v. 149, n.102, seção 1, p.1-8, 2012.
- QUEIROZ, J. A. L. et al. Estrutura e dinâmica de floresta de várzea no Estuário amazônico no estado do Amapá. **Revista Floresta**, Curitiba-PR. v.37, n.3, p.339-352, 2007. <<http://dx.doi.org/10.5380%2Frf.v37i3.9930>>.
- SPIEGEL, M. R. Estatística. 3.ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2006. 643p.